

VIII

Questão social e superexploração: apontamentos a partir da unidade classe, raça e gênero

Gustavo Fagundes

Introdução

A presente reflexão tem por objetivo contribuir na atual agenda de pesquisa sobre a questão social no Brasil, principalmente a partir do traço estrutural das relações raciais em nossa formação social, a vigência da superexploração enquanto aspecto marcante da dependência e o patriarcado como elemento central da dinâmica das relações sociais. Esse entrelaço nos auxilia a compreender a permanência de particularidades na conformação da classe trabalhadora, nas respostas do Estado à luta de classes e, em última instância, na emergência da própria questão social. Dessa forma, desejamos adensar a perspectiva vigente no Serviço Social.

A temática referente à questão social é normalmente atrelada a alguns documentos históricos da nossa profissão ou com determinadas publicações que ganharam contornos de verdadeiros clássicos, dada a relevância corretamente construída em torno dessas elaborações. Falamos desde os textos contidos na edição número 3 da revista *Temporalis* até as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, passando por um livro da Biblioteca Básica e outros esforços de pesquisa. Um tema de investigação que percorre dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, além de uma gama de grupos de estudo e pesquisa. Todo um arcabouço teórico desenvolvido em contato com o conjunto da teoria social crítica, diálogo com amplas áreas do conhecimento e firme rigor na condução intelectual. A empreitada ao longo das próximas páginas irá se debruçar em aliança ao que foi produzido, pensado e difundido no processo histórico de conformação das firmes bases da profissão no Brasil. Logo, a busca é por caminhar junto ao acúmulo estabelecido e apresentar algumas proposições para a compreensão do que vem a ser a questão social no Brasil.

Nesse sentido, nosso percurso teórico-metodológico está centrado na teoria social fundada por Marx e Engels, enraizado na crítica da economia política. Assim, a incursão sobre as elaborações a respeito da questão social e o Serviço Social se apoiam no projeto de formação profissional construído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS, 1996) e com relevante diálogo com Marilda Iamamoto (2001) e José Paulo Netto (2001). Dessa forma, buscaremos localizar pontos de intersecção entre as perspectivas aqui apresentadas e avançar na compreensão do real com indicativos de superação de eventuais imbróglis.

Tendo a luta de classes, as contradições da acumulação capitalista e as mediações do aparelho estatal como pontos nodais do que vem a ser a questão social e o espraio das suas expressões, é preciso uma aproximação desses referenciais com a realidade latino-americana, em geral, e brasileira, em específico. Sobre esse aspecto, ressaltamos a persistência de três tensões (FERREIRA; FAGUNDES, 2021) que podem produzir distorções analíticas: a) a tendência a cindir particularidade e totalidade, o que pode trazer o entendimento de que uma sobrepõe a outra. Particularizando o que é total ou alçando o universal ao que é

particular; b) tratar o racismo e a questão racial como mera herança colonial, ignorando sua umbilical conexão com o desenvolvimento capitalista e o mercado mundial; c) abordar o patriarcado moderno como traço de um suposto arcaísmo, sendo assim alheio à funcionalidade para a acumulação capitalista.

Longe de buscar uma alusão panfletária, iremos buscar relacionar e dialogar categorias que foram e são desenvolvidas no âmbito do marxismo. E qual será a relação desse percurso com o Serviço Social? Netto (1999) nos auxilia ao abordar que o projeto profissional se vincula a um projeto societário, o qual deve buscar uma nova ordem social, baseada em contornos de superação da exploração e dominação de classe, etnia e gênero. Yamamoto (2001) vai além e nos conduz a necessidade de maior profundidade, como “a premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (p. 10), o que implica em umbilical ligação com o processo de acumulação e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a classe trabalhadora. O que “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (p.16) e, portanto, expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (p. 17). Temos com isso uma firme orientação sobre as raízes e formas de expressão desse elemento nuclear da profissão e que, ao mesmo tempo, reserva o centro da prática interventiva da categoria profissional.

Nesse sentido, trataremos a seguir de pressupostos que julgamos serem fundamentais na apropriação da questão social no Brasil em sua conformação e posteriormente uma apresentação de hipótese para o seu entendimento.

1. De onde viemos e os caminhos que podemos percorrer

Frente ao debate clássico na tradição crítica a respeito da questão social no Brasil, existe no âmbito do Serviço Social uma importante iniciativa de incorporar, qualificar e atualizar as discussões sobre o tema. Esse é um esforço coletivo, e que abrange o conjunto da categoria profissional e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Uma empreitada fundamental, seja pelos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho e na própria ordem societal (ANTUNES, 2018; BEHRING, 2018) como também por aprofundar nas elaborações próprias da questão social e suas particularidades, elementos centrais da realidade brasileira, o que na nossa avaliação diz respeito ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; MOURA, 2014), o patriarcado (SAFFIOTI, 2015; LERNER, 2019), além da superexploração e a dependência (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2005). Dessa forma, temos em mãos um complexo fenômeno para desvelar.

Buscaremos relacionar a vigência da opressão racial e patriarcal com a questão social em nosso país. Partimos do entendimento do racismo como elemento estrutural na formação social brasileira e substância central na dominação de classe, qualificado como uma potente arma ideológica. E como tal, possui tentáculos na dinâmica econômica, política e tem no Estado um firme ponto de apoio. Uma mínima atenção a divisão social do trabalho no Brasil produz a percepção de uma contraditória relação entre os trabalhadores negros com os trabalhadores brancos, entre homens e mulheres, além de uma escala superior de degradação do trabalho as mulheres negras, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital. Além disso, orientamos um exame da questão social a partir

da superexploração da força de trabalho. Uma categoria que a nosso ver se constitui de elementos capazes de nos auxiliar no entendimento da luta por direitos, nos limites da democracia burguesa em nosso país e, fundamentalmente, na aproximação transversal das particularidades da questão social com as relações raciais. Um percurso que já é tema de esforço analítico no período recente (FAGUNDES, 2022; SOUZA, 2023). E nesse mesmo interregno, entendemos que as relações de dominação patriarcal agem em sentido favorável - e/ou funcional - à acumulação capitalista, principalmente, por produzir legalidades históricas em tendência a inferiorizar as mulheres e com isso apoiar sobre seus corpos e mentes tarefas relacionadas ao cuidado, exprimindo uma rotina de trabalho não pago e/ou sub remunerado. Portanto, entendemos esses elementos como indispensáveis à compreensão da gênese da questão social, sua constituição e os desdobramentos até o tempo presente, entendendo “as dimensões de gênero, raça/etnia e do desenvolvimento desigual como determinantes da lei do valor e à análise da questão social” (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 62).

Assim, acreditamos ser possível estabelecer conexões com produções que moldaram a compreensão do Serviço Social sobre a questão social. Dessa forma, compartilhamos da elaboração de Josiane Soares Santos (2010):

Para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (p. 128-129).

O que encontra relação nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996):

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbanos e rurais. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (p. 17).

Esses elementos se combinam ao entendimento da questão social como desdobramento da contradição entre o capital e o trabalho, a partir da Lei Geral da Acumulação e a constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si a partir da mediação política do Estado. Logo, essa definição geral, em elevado nível abstrato, deve ser adensada com outras determinações para que possamos obter maior definição na compreensão do real. Isso significa que é preciso discorrer sobre as classes sociais no Brasil, em particular na conformação daquela que é obrigada a vender sua força de trabalho e suas resistências, além de todo constructo do aparelho estatal para mediar, via coerção e consenso, a luta de classes.

O que trazemos aqui não é a inauguração de uma agenda de pesquisa ou uma inovação nos termos da compreensão sobre a emergência da questão social em nosso país ou nas suas expressões nos dias atuais. O objetivo é adensar o que já foi produzido nos

marcos do Serviço Social, por referências que ergueram os diques que dão sustentação teórica e metodológica para o conjunto da profissão, sempre afiançados com a tradição marxista.

Marilda Yamamoto (2001) aponta a questão social como “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” (p. 11) e avança:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência direta do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos envolvidos (p. 17).

No trecho acima a autora traz delineamentos mais rígidos sobre a questão social, alçando maiores determinações e aprimorando o entendimento sobre suas conexões internas. Inclusive caminhamos em sentido semelhante, quando no mesmo texto percebemos as críticas às concepções liberais.

Netto (2001) afirma que “na agenda contemporânea do Serviço Social, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual” (p. 41). E afirma:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social; está não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando a segunda (p. 45).

Ainda que de maneiras distintas, o que essas duas importantes referências do Serviço Social trazem possuem semelhanças e fundamentais pontos de conexão. Logo, a abordagem da questão social está intimamente relacionada com a lei geral da acumulação capitalista e os desdobramentos políticos da contradição entre o capital e o trabalho, o que se inscreve na dinâmica de luta e resistência dos trabalhadores.

Esse é o ponto ao qual devemos nos apegar e é, na nossa avaliação, a principal contribuição dos intelectuais supracitados para esse debate. Estabelecer a discussão sobre a questão social em nossa profissão nesses termos é uma vitória política, a qual se expressa no projeto profissional, nas diretrizes curriculares e na agenda da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS. Portanto, o que vamos explorar na sequência é possível por sabermos de onde viemos e pelas possibilidades criativas e rigorosas que a tradição marxista nos oferece.

2. A unidade dialética na apreensão da questão social no Brasil

A partir de agora será realizado um procedimento de contribuição na elaboração clássica sobre a questão social no Brasil. O intento é de adensar o que já temos de elaboração, sem necessariamente entrar em conflito com eventuais produções. Essa opção metodológica diz respeito ao próprio caráter desse texto, o qual julgamos ser uma mera exposição de um momento da pesquisa que irá resultar na tese de doutorado.

Adiantamos, em diálogo ao que afirma Ruy Mauro Marini ao final da introdução do seu célebre ensaio *Dialética da Dependência*, “o rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo.” (2005, p. 139). Dessa forma, queremos apontar uma proposta de interpretação da conformação da questão social em nosso país a partir das categorias presentes na crítica da economia política, sem perder de vista a diversidade do conjunto da tradição marxista. É nesse sentido que buscamos sintetizar temas como dependência, superexploração, patriarcado e racismo estrutural. Justamente por considerarmos que sem esse aporte categorial é insustentável uma plena compreensão da dinâmica das classes sociais em solo brasileiro, seja na sua conformação como nos entraves com o Estado burguês enquanto mediação opressora.

Ferreira e Fagundes (2021) apontam que o estudo teórico da relação valor é condição central para a compreensão da posição social das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e indivíduos racializados não brancos, principalmente quando a determinação das inter-relações entre classe, gênero e raça/etnia. Esse entendimento nos exige uma “articulação unitária dessas relações” (p. 46).

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração da força de trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo. Desse modo, as contribuições de Clóvis Moura possibilitam compreender a dinâmica brasileira a partir das relações raciais e sua centralidade na formação da estrutura da sociedade de classes, e explicita que a questão racial não é uma expressão da questão social, mas constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos. Por fim, Moura nos ajuda a compreender a vinculação da luta antirracista e anticapitalista como única forma de superação do racismo e, por conseguinte, dessa ordem societária. Queremos com esses apontamentos afirmar que o debate sobre a questão social no Brasil perpassa necessariamente pela questão racial, coadunando com uma vasta produção contemporânea que vem pautando a importância de maior contundência na incorporação da temática étnico-racial na abordagem sobre a questão social e o Serviço Social. Nesse sentido, entendemos, assim como Santos (2010), que as particularidades do capitalismo no Brasil determinam a questão social no país.

Marcelo Badaró Mattos (2008; 2009) nos auxilia nessa empreitada. O historiador faz um criterioso exame da conformação da classe trabalhadora no Brasil, principalmente por trazer elementos que identificam o sujeito negro - escravizado, livre ou liberto nas últimas décadas do século XIX - nas mais diversas ocupações laborais em âmbito urbano. Além disso, traz também exemplos de organizações e mobilizações desses trabalhadores, o que acaba por exigir uma mediação estatal frente suas reivindicações e os interesses da classe patronal no processo de fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, então capital do império. João José Reis (2020) discorre com riqueza de detalhes sobre a greve negra na Bahia em 1857 e que teve como estopim a decisão da assembleia provincial de alterar a legislação fiscal e da regulação dos chamados ganhadores, o que provocou esse processo de luta entre

trabalhadores negros escravizados e o poder público local. Esse imbróglio na costura inicial do mercado de trabalho brasileiro produziu fraturas que permaneceram no período pós-abolição.

Marini (2005) aponta que a América Latina teve uma participação coadjuvante na passagem da mais valia absoluta para a mais valia relativa, dada a sua relação comercial com os países europeus. Absorvemos esse ponto e avançamos a partir das contribuições de Erik Williams (2012), Robin Blackburn (2016), Dale Tomich (2011), Rafael Marquese e Ricardo Sales (2016) na compreensão da escravidão como um processo histórico fundamental para o alvorecer do modo de produção capitalista e, principalmente, para o seu desenvolvimento no século XIX. Momento esse marca a instauração da divisão internacional do trabalho e a ebulição do mercado mundial capitalista, fenômenos que teriam desdobramentos distintos sem a oferta de mercadorias produzidas por economias escravistas, em particular o Brasil, Cuba e os (sul) dos Estados Unidos. Portanto, é inescapável a vinculação entre a moderna sociedade burguesa e o jugo escravista. O chamado século antiescravista foi, na verdade, o ápice da diáspora africana e da intensidade do trabalho dos corpos e mentes negras em uma relação compulsória.

Sendo o Brasil um país com produção baseada na escravidão, isso já enquanto nação independente, e uma economia estruturada na exportação de bens de pouca complexidade, Marini (2005) - junto da Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra - desenvolve a chamada Teoria Marxista da Dependência. Uma abordagem que condensa o arcabouço teórico que nos possibilita decifrar as origens e base da dependência que ainda nos assola, como a integração subordinada ao mercado mundial e intercâmbio desigual de mercadorias, o que deságua na transferência de valor das nações dependentes rumo às centrais. Portanto:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005, p. 138).

A nossa formação econômica e social se molda a essa característica em um sentido favorável ao capital. Dessa forma, concebemos - nos termos de Marin - a superexploração como um mecanismo de compensação a essa perda de valor.

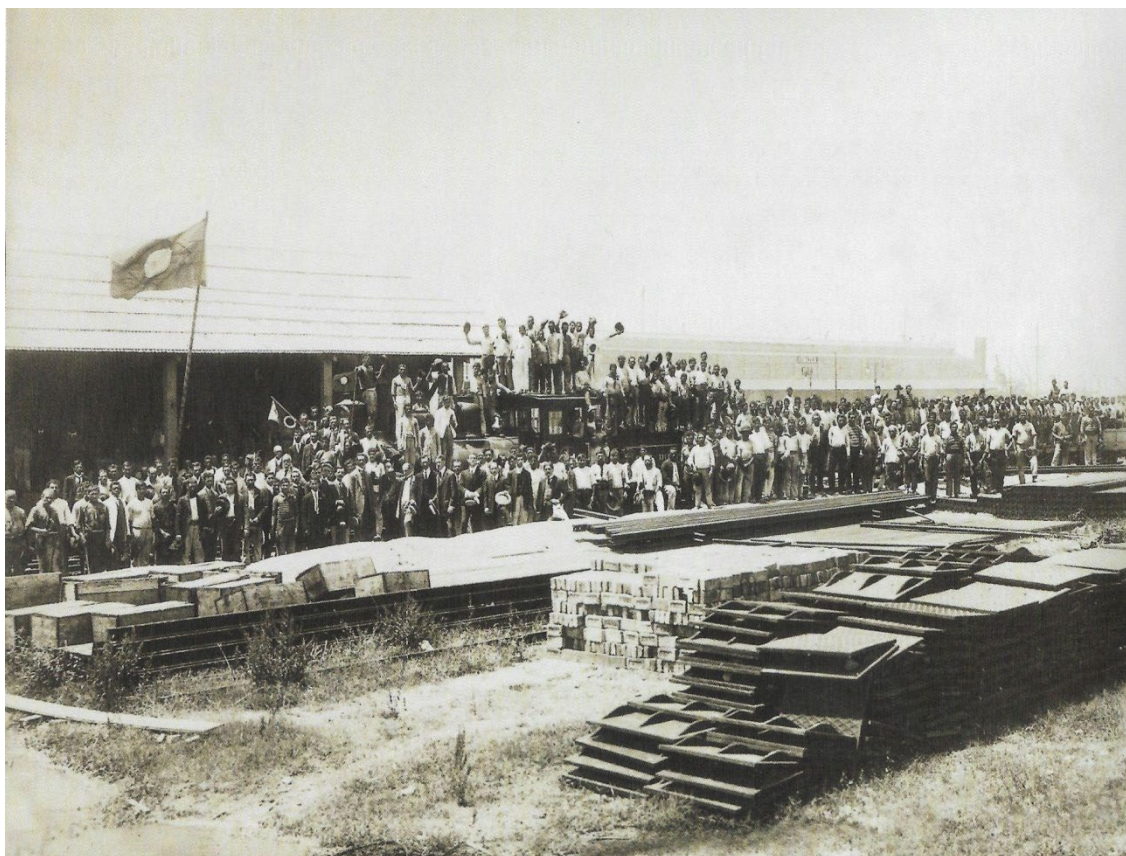
A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (LUCE, 2018, p. 155).

Logo, entendendo a superexploração como um pilar da organização social e econômica dos países dependentes, sua manifestação pode ser captada em quatro expressões: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) o prolongamento da jornada de

trabalho além dos limites normais; c) o aumento da intensidade além dos limites normais; d) o hiato entre o elemento histórico moral do valor da força de trabalho e a remuneração do trabalhador. Portanto, se a questão social nos termos de Yamamoto (2001) e Netto (2001) tem como ponto de partida a lei geral da acumulação e a contradição capital-trabalho, é preciso adensar essa definição com a categoria superexploração, justamente por se tratar do traço mais lembrado do capitalismo dependente, tal nos apresenta Mathias Luce (2018).

Isso se acentua ao recuperar a definição de Marx (2017) sobre o controle e a oscilação dos salários, “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (p. 712-713). Carcanholo e Amaral (2008), a partir de Ruy Mauro Marini, apontam o exército industrial de reserva como categoria anteriormente essencial para a superexploração. Percebemos na organização do mercado de trabalho no Brasil uma característica peculiar com a participação de negros, enquanto primeiro força dos indivíduos submetidos a rotina de desemprego, informalidade, subemprego e toda a dinâmica de ociosidade forçada, como nos alerta Fagundes (2022) ao buscar estreitar superexploração e racismo. Logo, o exército industrial de reserva se forma e se mantém não só de maneira avolumada como também com marcante racialização. Dessa forma, o racismo age no sentido de agudizar as expressões da superexploração da força de trabalho, pressionando para baixo o valor da força de trabalho e o conjunto das condições de vida da classe trabalhadora.

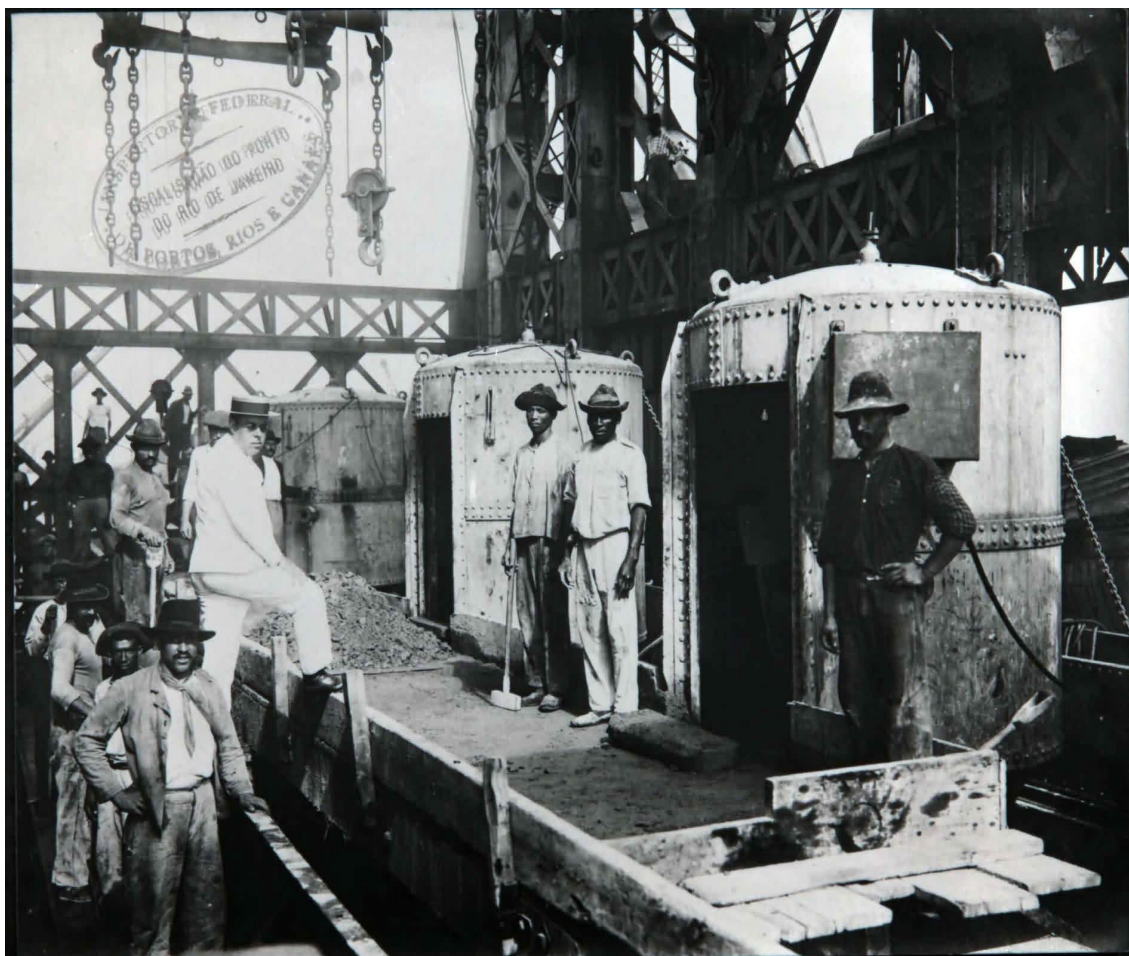
Ainda que o presente texto não tenha o enfoque da conformação da classe trabalhadora no Brasil, as discussões sobre a emergência da questão social passam por esse elemento. Logo, acreditamos ser de grande valia trazer ao debate a exposição de algumas fotos de um dos principais empreendimentos - no ramo da construção civil e com objetivo de expansão das relações no mercado mundial - executados no país no início do século XX, justamente a chamada reforma-construção do Porto do Rio de Janeiro (ocorrido entre 1903 e 1914), tal qual indica Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca (2022) em sua tese de doutorado. Essa foi uma obra que empregou milhares de trabalhadores, com maioria para os nacionais (brancos e negros) e também com participação de estrangeiros (portugueses em sua maioria). A imagem abaixo retrata um momento célebre: a inauguração de um dos armazéns. Além de ser possível comprovar, a partir da observação, a diversidade racial entre os sujeitos, reconhecemos no lado esquerdo a exibição da bandeira da União dos Pedreiros, uma associação de classe fundada em 1903. Uma organização que encampou as lutas por melhores condições de trabalho, principalmente ao que tange às melhorias salariais e redução da carga horária. Temos com isso um aspecto importante de organização e mobilização da classe trabalhadora brasileira, no centro político e administrativo da república, exigindo respostas do Estado nacional.



Fonte: RIO DE JANEIRO (cidade). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Série Fotografias. Coleção Augusto Malta. Operários em Inauguração de Armazém. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1908 [circa].

Na imagem a seguir temos com maior nitidez o elemento racial dos trabalhadores envolvidos na reforma-construção do Porto do Rio. Isso significa dizer que os trabalhadores negros estavam diretamente envolvidos no principal empreendimento do Estado brasileiro no período, articulados de forma organizada na defesa dos seus interesses de classe e na busca por respostas estatais as suas exigências. Avaliamos que essa combinação de acontecimentos deve adensar de maneira qualitativa a compreensão sobre a questão social no Brasil. Cabe ressaltar que a engenhosa máquina operada por esses trabalhadores estava na fronteira tecnológica no país, começou a ser utilizada em nossas fronteiras justamente no empreendimento aqui descrito.

Enfatizamos que o conjunto dos sujeitos envolvidos na obra do Porto não eram negros. Pelo contrário, compartilhavam as experiências de classe com trabalhadores brancos nacionais e também estrangeiros. Entretanto, compreendemos que a vigência do racismo tende a corroer a disputa no âmbito do mercado de trabalho. Uma constatação que fortalece nossa hipótese de entrelaçamento das dimensões de classe, raça e gênero. Assim, nos diferenciamos da afirmação de Montañó e Duriguetto (2011) de que o “capitalismo pode existir e se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero etc” (p. 127).



MINAS GERAIS (estado). Arquivo Público Mineiro. Coleção Nelson Coelho de Senna. Operários no interior de um flutuante usado na construção do cais do porto da cidade do Rio de Janeiro. (1904-1911[?]). Localização: NCS-137(42). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Gracyelle Costa Ferreira (2020) traz em sua tese de doutorado uma importante pesquisa sobre os trabalhadores negros na origem da política social no Brasil. Onde a partir de dados primários e secundários, apresenta distintas experiências de proteção social originadas em categorias profissionais como marítimos, ferroviários e portuários. Ocupações laborais com ampla participação de pessoas negras e que foram referência na organização sindical, na luta por direitos e que através das suas associações contribuíram para a experiência de classe do proletariado brasileiro, sem perder de vista as reivindicações de enfrentamento à opressão racial.

Partimos da compreensão de que o gênero não se determina de forma individual na sociedade, está sempre relacionado à condição de classe e raça, o que nos coloca em pleno diálogo com Angela Davis (2017). Logo, a dimensão do patriarcado moderno é central para as relações sociais, seja na subjugação das mulheres em todas as esferas como na produção de papéis sociais diferenciados e na dinâmica do mundo do trabalho. Essa tecnologia de dominação tem configuração estrutural neste modo de produção, o que nos permite entender que mulheres são oprimidas em sentido totalizante do seu ser, é a combinação ideológica que rebaixa suas condições de vida enquanto classe e também como mulher. E que encontra caráter agudizado na rotina das mulheres negras.

A Teoria da Reprodução Social (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019) nos auxilia na compreensão da funcionalidade do patriarcado para ocultar a relação valor do trabalho executado por mulheres, principalmente naquelas atividades entendidas como sendo responsáveis pelo cuidado e de caráter doméstico. Socialmente minimizado, mas que representa a garantia da reprodução do conjunto da classe trabalhadora. Assim, percebemos um dos mecanismos do capital para expropriar, ocultada e violentamente, o trabalho das mulheres na reposição do desgaste da força de trabalho do conjunto da classe trabalhadora.

Pelo que acumulado da abordagem aqui apresentada, julgamos que os indivíduos centralmente oprimidos neste modo de produção passam a compor as primeiras fileiras do exército industrial de reserva. O que em nossa avaliação significa um rebaixamento nas condições de vida e trabalho de mulheres, pessoal não heteronormativas e racializadas. Defender uma unidade na diversidade é o ponto central dessa análise. Enquanto o capital busca cindir as frações da classe trabalhadora, é nosso anseio ter como perspectiva uma teoria unitária de emancipação.

Considerações finais

Desde já aproveitamos para apontar que essa é uma elaboração em nível introdutório sobre o tema. Ainda que o objeto aqui tratado já tenha sido foco de produções anteriores, os obstáculos da pesquisa avançam e com isso novos desafios são colocados à mostra. Os escritos aqui apresentados fazem parte de um momento no percurso investigativo que irá desembocar na tese de doutorado. Não significa a renúncia aos pressupostos aqui levantados. Pelo contrário, é somente a necessária ponderação para uma devida compreensão sobre o estágio da análise aqui percorrida.

Frente a isso, vivenciamos no Brasil contemporâneo um momento de acirramento na luta de classes, um período que nos apresenta uma crise profunda do capital, que busca alternativas na ampliação da expropriação e espoliação (Boschetti, 2018). Tal cenário é crucial para o entendimento das tendências da questão social e suas particularidades, o que não é possível de ser efetivado sem o conhecimento prévio e minucioso da formação social brasileira, das relações raciais e patriarcais que a permeiam e das condições vinculadas a superexploração da força de trabalho. Portanto, devemos avançar na ampliação da lente de interpretação da realidade brasileira enquanto subsídio para o Serviço Social. Um caminho já aberto e que segue em constante crescimento. Deixar de lado os dogmas e utilizar as armas da crítica para desvelar a brutal estrutura do capitalismo dependente, visto que sem cumprir tal objetivo estaremos distantes de uma emancipação plena. Logo, apontamos a construção de uma *chave de análise* que nos “permite compreender mais profundamente as tendências do mundo do trabalho à feminização e à racialização, bem como a questão social, na crise estrutural, onde o capital busca enfrentar a crise por meio da equalização por baixo do valor da força de trabalho” (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 46).

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriação no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-54.

CARCANHOLO, Marcelo.; AMARAL, Marisa. Acumulação capitalista e exercício industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. especial, p. 163-218, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9 - 32, jan./jul. 2001.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **Superexploração e racismo no Brasil**: diálogos e questões. Curitiba: Editora Appris, 2022.

FERREIRA, Carla.; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021.

FERREIRA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

FONSECA, Thiago. **A construção do porto do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital financeiro e industrial. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, Niterói, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

- LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.99-161.
- MATTOS, Marcelo. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Florianópolis: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2009.
- MARX, Karl. **O Capital Livro 1**: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: módulo 1 – Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. CFESS, Brasília, 1999.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41 - 50, jan./jul. 2001.
- REIS, João José. Ganhadores: **A greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Josiane. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: Elementos para o debate. In: Dossiê: A “Questão Social”. **Temas & Matizes**, v. 9, n. 17, p. 125-150, 2010.
- SOUZA, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social e Sociedade**., São Paulo, v. 146 (1), p. 16-35, 2023.
- TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.